

## **010ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 17AGO2021**

**Pauta:** Debater os PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

**(Texto com revisão final.)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** (19h05min) Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. É uma satisfação estarmos aqui reunidos para mais uma audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Porto Alegre. Hoje estaremos tratando a questão do IPTU e do ITBI. Saúdo o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Airto Ferronato, a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, o Ver. José Freitas, enfim, os demais vereadores que nos acompanham de maneira remota; o secretário Rodrigo.

Peço ao diretor legislativo que dê conhecimento a todos a respeito do regramento da audiência pública.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Antes de mais nada, Presidente, eu recebi um recado da assessoria do presidente da Associação Comercial, Dr. Paulo Afonso Pereira, que ele está com um pequeno problema na conexão, mas já está sendo sanado.

A nossa audiência pública de hoje tem o seguinte edital (Lê.):

“AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE OS SEGUINTE PROJETO: - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 15/2021 - ALTERA O § 2º DO ART. 14, INCLUI O ART. 14-A, E REVOGA O § 3º DO ART. 14 E O ART. 15 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 859, DE 3 DE SETEMBRO DE 2019; ALTERA O § 7º DO ART. 67, O *CAPUT* DO ART. 82 E A TABELA IX, E INCLUI O § 5º AO ART. 82, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1973; E REVOGA OS §§ 4º E 5º DO ART. 26 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 197, DE 21 DE MARÇO DE 1989 (IPTU);

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 12/2021 - DISPÕE SOBRE INCENTIVO À REGULARIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS COM A CONCESSÃO DE REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENSIMÓVEIS (ITBI).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 17 de agosto de 2021, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom(<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O *link* para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em PLCE 15/21 <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136813>; PLCE 12/21

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

<https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136691>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail [audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br](mailto:audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br). As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública poderá ser acessada será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 06 de agosto de 2021. VEREADOR MÁRCIO BINS ELY, Presidente. ”

A dinâmica da nossa audiência pública é a seguinte: inicialmente falamos representantes da Associação Comercial, como requerentes, o tempo será dividido entre o Dr. Paulo Afonso Pereira e o Dr. Fernando Bertuol; e depois teremos a apresentação da fala do governo. São até 20 minutos para cada parte. Depois nós receberemos até 10 inscrições de interessados, participantes, em se pronunciar, por até cinco minutos. As inscrições serão recebidas pelo *chat*, aqui no Zoom, e, intercaladamente aos participantes e à comunidade, os vereadores que estiverem presentes poderão se manifestar.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente; boa noite secretário, vereadores, boa noite Teddy, bom te ver novamente aqui na luta pelas finanças do Município, junto com o nosso secretário. Eu acho que esta audiência pública de hoje é uma audiência pública de boas notícias para os contribuintes. É um sacrifício da Secretaria da Fazenda, que tem que abrir mão, mas, em função da pandemia que aconteceu nesses últimos dois anos, o prefeito Sebastião Melo foi sensível à população, àqueles contribuintes do IPTU que já pagaram algumas parcelas. Eu acho que esta audiência pública de suspensão de reajustes – não sei se o termo técnico usado pela Secretaria da Fazenda é “suspensão dos reajustes” – é uma notícia boa para a cidade de Porto Alegre. Cumprimento também a Associação Comercial, o Dr. Paulo Afonso que, juntamente, pediu essa audiência, ele representa um segmento importante, um segmento comercial, que é importante e significativo na arrecadação de impostos. Então, secretário, eu acho que o líder do governo tem que falar lá na Câmara, aqui na audiência pública eu deixaria com o senhor, com o Teddy, com quem da Fazenda esteja na audiência para explicar e para falar sobre esse assunto que é importantíssimo para a cidade, muito mais importante para a

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

cidade do que da própria administração. Era o que eu tinha, a palavra está com V. Exa., secretário.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Rodrigo Sartori Fantinel, secretário da Secretaria Municipal da Fazenda – SMF, está com a palavra.

**SR. RODRIGO SATORI FANTINEL:** Boa noite, Presidente Márcio, Ver. Cecchim, demais vereadores que nos acompanham e o restante do público que está conosco. É uma satisfação novamente conversar sobre assuntos de relevante interesse para o Município. Nós temos, Presidente, uma pequena apresentação dos dois projetos, eu vou compartilhá-la. (Pausa.)

(Procede-se à apresentação.)

**SR. RODRIGO SATORI FANTINEL:** Inicialmente, esse é o contexto geral para nós termos uma visão de onde se originaram esses dois projetos, lembrando que nós vamos tratar tanto do projeto do ITBI quanto do IPTU. Sobre o projeto do IPTU, especificamente, a suspensão dos aumentos foi um compromisso do prefeito assumido em campanha ainda. Como o próprio prefeito coloca, o que foi compromissado em campanha será cumprido à risca pela administração. Então, estamos trabalhando nesse sentido. Nós estamos, não é novidade para ninguém, num cenário de crise econômica desencadeada em função da pandemia. Temos a percepção de que, e os números comprovam isso, tivemos inúmeros negócios que foram fechados em Porto Alegre, inúmeras foram as famílias que tiveram redução na renda. Aliado a esse cenário, nós temos hoje em vigor uma legislação em Porto Alegre que foi aprovada pela Câmara na última administração e que resultou num aumento de carga tributária de IPTU na ordem de 88,18%. Como se calcula esses 88,18%? Nós apuramos o valor da carga geral de IPTU em 2019 e projetamos com os futuros aumentos quanto que a carga geral de 2026 seria em termos monetários. Daí a gente verifica que a variação, desde 2019, que é o primeiro ano anterior à planta, até o último ano de implantação da planta de valores, resultaria num aumento de carga de 88%. Então, dado

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

esse incremento de carga tributária, mesmo que nós não estivéssemos na pandemia, estivéssemos numa situação de normalidade, já seria difícil para as pessoas arcarem com um aumento dessa ordem.

Em relação ao cenário do ITBI, o que nós sabemos? Que existem transações que são chamados de contratos de gaveta, que não vêm para a vida real. Então, a gente não tem ciência de que elas aconteceram e, num cenário pandêmico, em que a gente tem uma restrição forte de renda, fica mais difícil ainda para as pessoas conseguirem regularizar essas transações, porque, além do custo tributário, como é o caso do ITBI, também existem custos cartoriais, os quais, como a gente sabe, não são baixos. Então, fazer a transmissão do imóvel, no nosso País, ainda é uma atividade bastante custosa.

Então, os objetivos dos dois projetos, primeiro, o do IPTU, é preservar a economia de Porto Alegre. Nós queremos viabilizar que Porto Alegre continue se desenvolvendo e, nesse aumento de carga tributária, a gente sabe que, nesse cenário, acaba sendo um entrave muito grande; não falando somente em empresas, a população também teve uma redução de renda, em linhas gerais, e isso acaba sendo amenizado por essa suspensão dos aumentos.

Em relação ao ITBI, a gente propiciaria uma questão que é bastante interessante para o Município também, que é a atualização cadastral desses imóveis. Porque, hoje, em muitos casos, a gente tem a informação de que determinada pessoa é proprietária, quando, na verdade, ela já assinou um contrato de compra e venda com outra pessoa, e a gente não dispõe dessa informação. E esse projeto objetiva, também, racionalizar os nossos custos de cobrança. Porque, à medida em que não é pago o IPTU desse imóvel, a gente direciona um processo de cobrança para a pessoa errada, posteriormente, tem que fazer um redirecionamento, e isso traz custos para o Município.

Entrando um pouquinho na proposta do ITBI, agora, no projeto específico de incentivo à regularização das transações, no que se refere à redução de ITBI, a proposta da Secretaria da Fazenda é uma redução de 50% na alíquota de ITBI; a alíquota, hoje, é de 3% e ela cairia para 1,5% para essas regularizações. Quais são as transações imobiliárias que nós estamos autorizando que entrem nesse projeto? São todas as transações que ocorreram até 31 de dezembro de 2020, sem escrituração no registro de imóveis – como eu tinha

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

falado, os chamados contratos de gaveta. Duração do programa – no momento em que a gente mandou esse projeto para a Câmara, nós imaginávamos três meses e tínhamos colocado de setembro a novembro. Obviamente, se nós aprovarmos esse projeto um pouco mais para frente, nós vamos ter que fazer uma adequação nesse prazo. Mas a duração que nós estamos sugerindo para esse programa de incentivo seria de três meses.

Em relação aos imóveis que seriam alvo dessa regularização, nós estabelecemos um limite de R\$ 892 mil. Na verdade, esse limite de R\$ 892 mil é dado em UFM's, foi convertido e, por isso, se chegou em R\$ 892,04 mil. Para imóveis que excedem esse limite, por exemplo, um imóvel que vale R\$ 1 milhão, aproximadamente, R\$ 108 mil seriam tributados com alíquota de 3%, e os R\$ 892 mil com alíquota de 1,5%. Então, o objetivo aqui é privilegiar os imóveis de menor valor, uma vez que, para imóveis que estão acima desses R\$ 892 mil, nós consideramos que são de pessoas que teriam capacidade contributiva para os 3% e não necessitariam da redução de alíquota. Lembrando que, passando desse valor, somente o excesso é tributado com alíquota cheia.

Como havia colocado anteriormente, os benefícios do projeto é promover a regularização dessas transações de imóveis, reduzir a desatualização do registro de imóveis do Município, regularizar o cadastro dos imóveis para lançamento e cobrança administrativa e judicial do IPTU, evitando cobranças e execuções judiciais contra quem não é mais o proprietário. Isso aqui, para nós, é bastante interessante e importante. Muitas vezes, a pessoa assina um contrato de compra e venda, adquire o imóvel por meio desse contrato, para de pagar o IPTU, e nós ainda direcionamos a cobrança para o proprietário anterior, o que acaba causando desconforto para o proprietário anterior. Muitas vezes, o proprietário anterior nos procura e informa que não é mais o proprietário, mas, enquanto a gente não tem essa regularização, a gente não tem muito o que fazer em relação à cobrança, porque, para fins legais, ele continua sendo o proprietário. Incremento de arrecadação sem renúncia de receita. Como a gente não contava que essa receita entrasse nos cofres do Município, nós teríamos um incremento de arrecadação em função dessas regularizações, uma vez que nem a nossa LDO nem a LOA previam que essas receitas entrariam no ano de 2021. Os requisitos para aderir a esse programa de incentivos: o contribuinte deverá apresentar documentos comprobatórios de que as transações, efetivamente, ocorreram até

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

31.12.2020. Um exemplo é o contrato de promessa de compra e venda. Apresentando isso, ele teria direito a essa redução de alíquota.

Em relação ao projeto do IPTU, como eu coloquei inicialmente, é um compromisso de campanha do governo, e nós estamos efetivando esse compromisso, propondo para a Câmara. Esperamos que a Câmara aprove esse projeto. Qual é o objetivo principal? Suspender os incrementos anuais no valor do IPTU. O projeto evita novos acréscimos a partir do ano de 2022, que foi justamente o que foi compromissado na campanha. Mantém os valores do IPTU vigentes no ano de 2021, ou seja, o boleto que foi recebido no início deste ano continuará sendo o mesmo boleto no início de 2022, não terá aumento nenhum, somente vai ter a variação da inflação, como ocorre todos os anos. Com isso, 288 mil imóveis deixarão de ter novos aumentos. Para os senhores terem uma ideia, a nossa planta de valores, ou o nosso cadastro imobiliário apresenta aproximadamente 800 mil imóveis. Essa informação é bastante relevante: 81% desses imóveis que são beneficiados têm valor venal inferior a R\$ 500 mil, o que significa que não estão sendo beneficiados imóveis de alto valor, ou também estão sendo beneficiados imóveis de alto valor, mas a maior parte dos imóveis que são beneficiados são imóveis de valor venal abaixo de R\$ 500 mil. Essa suspensão, ela é válida até que venha uma nova planta de valores. A previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, que foi aprovada na Câmara no ano passado, é que seja feita uma nova planta de valores a cada quatro anos, então, a próxima planta seria no exercício de 2025. Esse projeto também está prevendo uma redução de alíquota para os imóveis não residenciais. Na verdade, a gente torna permanente essa alíquota vigente hoje de 0,8%. Na legislação anterior, que está sendo alterada, em 2023, essa alíquota subiria para 0,9% e, em 2026, ela subiria para 1%. Antes da planta de valores, essa alíquota era de 1,1%, contudo o valor venal estava muito defasado. Na medida em que se aumentou o valor venal, se estabeleceu uma alíquota menor, mas com esse escalonamento. A gente, então, está tirando esse escalonamento e mantendo a alíquota em 0,8%. Os imóveis comerciais, a gente vai mostrar na próxima lâmina, foram os que mais tiveram aumento com a planta de valores e foram os mais afetados também com a pandemia, uma vez que muitos deles não puderam trabalhar, então a ideia é deixar essa alíquota congelada em 0,8%.



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

Aqui nessa tabela a gente consegue observar o que eu tinha colocado, que os imóveis não residenciais ou comerciais teriam, até 2026, um aumento médio de 92% no IPTU, então eles praticamente dobrariam de valor; enquanto os imóveis residenciais ficariam na casa de 36% e os terrenos na casa de 30%. Então, de forma bastante clara, aqui fica evidente que para os imóveis não residenciais ou comerciais a planta de valores foi bem mais severa em termos de atualização e em termos de IPTU devido, em função também desse escalonamento das alíquotas.

Outras questões que nós estamos trazendo também para o projeto, que são uma espécie de melhorias em relação ao desconto do IPTU: nós queremos privilegiar também, é um desejo do governo, a prática de ações ambientalmente corretas; adoção de premissas de sustentabilidade nas edificações; adimplência, ou seja, a gente quer privilegiar os contribuintes que estão adimplentes; exigência de nota fiscal de serviço eletrônico ou documento equivalente quanto tomador de serviços, de forma muito semelhante ao que ocorre no IPVA no Estado do Rio Grande do Sul, quando a gente junta uma determinada quantidade de notas e ganha um desconto adicional no IPVA, a gente quer fazer algo semelhante em relação às notas de serviço aqui no Município; e adesão também a programas de cidadania fiscal da receita municipal. Isso aqui também a gente vai detalhar depois em decreto, o que deveria ser feito para que se tivesse um desconto maior de IPTU. Aqui também uma parte mais formal, mas também consta no projeto, somente para citar, nós estamos aumentando o valor que obriga o secretário da Secretaria Municipal da Fazenda a recorrer automaticamente ao TART, dando mais celeridade e economicidade. O que ocorre hoje é o seguinte: se a gente concede uma isenção para o contribuinte, acima de determinado valor, necessariamente o secretário da Fazenda tem que recorrer ao TART para o TART validar essa decisão. Só que o valor hoje é muito baixo, então nós estamos aumentando esse valor para que a gente não tenha que, sistematicamente, recorrer ao TART e aí a gente deixa esse processo mais caro e mais devagar; a ideia é tornar ele mais célere e mais econômico. E também assim, no movimento que nós estamos fazendo com todos os tributos, é tentar revogar as obrigações acessórias que não nos trazem mais nenhum benefício. No caso específico aqui desse projeto, a gente está revogando uma obrigatoriedade de entrega da DOIM - Declaração de Operações Imobiliárias do Município,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

e ela é encaminhada pelos tabeliões e oficiais de registro de imóveis. E por que nós estamos abrindo mão dessa DOIM e extinguindo essa DOIM? Porque os tabeliões e oficiais de registro de imóveis já encaminham a DOI para a Receita Federal. Então nós temos um convênio com a Receita Federal, não faz sentido que o contribuinte tenha que fazer duas declarações, uma para a Receita Federal e outra para Receita Municipal. Então, mediante esse convênio, nos apropriamos dessas informações e podemos desonerar essa obrigação do contribuinte.

De forma bastante resumida e direta, Presidente, seriam essas as considerações iniciais, acho que abordamos os principais pontos de cada um dos projetos. A gente fica à disposição para ouvir as colocações, tanto dos vereadores quanto das demais pessoas que nos acompanham aqui e, ao final, podemos fazer os esclarecimentos que forem necessários.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, secretário. O Teddy vai falar também alguma coisa?

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** O Teddy está hoje como superintendente da receita, exercendo o cargo nesse momento. Se for necessária alguma intervenção, ele está à disposição, mas a gente está aqui mais para esclarecer possíveis dúvidas. Neste momento, essa era a apresentação.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, secretário. O Sr. Paulo Afonso Pereira, presidente da Associação Comercial, está com a palavra.

**SR. PAULO AFONSO PEREIRA:** Boa noite Fernando; boa noite Presidente da Câmara; boa noite Sr. Secretário; demais integrantes desta audiência. Muito obrigado pela participação; obrigado pelos esclarecimentos. De início, eu queria dizer que nós entendemos as questões administrativas, tanto que estamos sendo parceiros deste governo porque entendemos que é um governo que tem uma visão diferente sobre desenvolvimento, sobre empreendedorismo e sobre aquilo que onera as empresas das



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

quais um dos itens é tributos. Quando a gente fala isso, o aumento da planta significou um aumento do IPTU na realidade, e nós, desde o início, na gestão passada, fomos contra esse projeto por uma questão primordial e estatutária. Os estatutos da Associação Comercial rezam, literalmente, que nós somos contra a qualquer tipo de aumento de imposto, qualquer um, federal, estadual, municipal, porque a carga tributária já é excessivamente alta sob todos os aspectos em cima dos empreendedores, daqueles que, enfim, mantêm a atividade econômica. Então, nós fomos contra desde o primeiro momento. O Presidente Márcio deve lembrar que nós fomos uma das únicas entidades que nos manifestamos publicamente e mandamos uma carta a cada um dos vereadores da legislatura passada fazendo a menção de que nós éramos absolutamente contra e pedindo o voto contrário à pretensão do governo anterior. Creio que o Presidente Márcio deve lembrar porque ele recebeu essa carta também.

Discutimos muito isso sob todos os aspectos e foi feita, enfim, a alteração com grande ônus, no início, para as empresas. Com o atual governo, nós conversamos muito antes do processo eleitoral e mostramos a viabilidade da situação econômico-financeira das empresas em relação à economia e tudo aquilo que recai como ônus em cima das empresas e o pouco retorno que se tem em relação àquilo que se paga. Na campanha, o Prefeito Melo se disse contrário aos aumentos do IPTU e que para 2021 não teria tempo hábil para qualquer iniciativa. Na nossa pretensão, e a minha explanação é muito rápida porque ela é muito objetiva, exatamente isso, nós concordamos, achamos e que merecemos que os valores do IPTU devam ser fixados naqueles valores que já foram alterados com expressivo aumento em 2020.

Então, não sendo contra o desenvolvimento da cidade, muito pelo contrário, entendemos e aplaudimos o que está sendo feito, e sabemos que os impostos, entre eles o IPTU, são significativos para que isso ocorra, mas também devemos entender que, não só no passado éramos contra, mas agora, depois dessa pandemia, quando tivemos 80 mil empresas fechadas no Estado, sofremos consequências fantásticas de não poder desenvolver as nossas atividades, sob todos os aspectos impostos pela pandemia. Sempre advogamos que saúde e economia andam paralelamente juntas, não podem ser dissociadas, e agora nós vemos que tem uma abertura, a economia está sendo gradualmente retomada, mas,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

naqueles momentos lá atrás, quando tivemos que parar nossas atividades, o governo anterior não teve a sensibilidade de fazer uma mitigação de impostos. Ou seja, nós não podíamos operar as nossas empresas, mas éramos obrigados a pagar os tributos, tanto estaduais, quanto federais. Quem nos auxiliou nesse momento crucial que a gente teve foi o governo federal.

Então, nós somos absolutamente contrários a qualquer elevação tributária, por mais justificativa que tenha, não que com isso sejamos contrários às ações de governo, absolutamente, nós temos que abstrair uma coisa da outra. Somos o proponente desta audiência para que a gente rediscutisse isso, até porque a sociedade, não só a sociedade empreendedora, mas a sociedade como um todo, tem recebido esta carga tributária, e com dificuldades para cumprir. Eu não conheço o número de inadimplência, mas acredito que não deve ser baixo. Eu passo a palavra agora para o meu companheiro de diretoria, meu amigo Fernando Bertuol, para que ele faça as suas considerações. Os nossos 20 minutos, talvez, não sejam preenchidos, até porque a gente tem essa posição bem objetiva. Agradeço pela oportunidade de termos esse debate em altíssimo nível, o que sempre tivemos. Muito obrigado, Presidente Márcio.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, presidente; então vamos dividir o tempo entre Paulo Afonso Pereira e Fernando Bertuol. Com a palavra Bertuol.

**SR. FERNANDO BERTUOL:** Boa noite, Ver. Márcio, demais vereadores que estiverem nos ouvindo. A explanação do Rodrigo foi muito interessante, até gostaria de saber se é possível receber o seu trabalho. Tentei anotar algumas coisas, mas fica difícil de acompanhar. Se for possível mandar, porque a gente pode passar uma informação mais fidedigna para os nossos parceiros.

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** Podemos mandar, sim, não tem problema.

**SR. FERNANDO BERTUOL:** Por favor. Eu não tenho muito a acrescentar ao que o presidente já falou. Eu, além de ser diretor da associação comercial, também estou como

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

presidente da Aclame; a gente briga há muitos anos contra a carga tributária. E essa elevação foi uma briga bem grande que a gente teve, enfim, com o prefeito anterior. Creio que agora o prefeito Melo está fazendo um pouco mais de justiça, vai interromper porque, como mostrou o Rodrigo, o maior prejudicado de tudo isso foi o comércio, foram os imóveis comerciais e industriais que sofreram elevação gravíssima. A gente nunca pode esquecer que a elevação de tributos para o comércio, quem vai pagar é o contribuinte, o comércio repassa quando puder, quando não puder, fecha porque não pode pagar os tributos, não pode repassar o custo que ele tem para o contribuinte. Na verdade, no final das contas, quem sempre paga a conta é o contribuinte na ponta, ele vai acabar sendo prejudicado de forma dupla: vai pagar IPTU mais caro e vai pagar um produto mais caro porque o comerciante vai passar esse custo para todos os produtos que vender.

Então acho justo, estamos entusiasmados com o prefeito Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes, pois estão cumprindo aquilo que prometeram. Eu acho que nós continuamos parceiros, a Associação Comercial – o presidente já falou, para ouvir e debater qualquer assunto. Ficamos felizes que finalmente a gente tem na Prefeitura um governo que conversa com todo o mundo e não impõe, não gera uma briga permanente todos os dias. A gente tem a satisfação de estar convivendo com uma Prefeitura diferente nesse momento. Agradeço, corroborando com as palavras do nosso presidente Paulo Afonso. Obrigado. Boa noite.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. Agradeço as considerações iniciais – Ver. Idenir Cecchim, secretário Rodrigo Fantinel, Fernando Bertuol e Paulo Afonso Pereira. Vamos passar às considerações dos inscritos. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Só queria parabenizar o secretário pela explanação e também parabenizar o prefeito Melo. Sou daqueles vereadores que está tranquilo, nós já havíamos votado contra esse aumento. Lembro que o governo precisava de 19 votos e fez 22. A política é tão dinâmica, dá voltas, e esses que votaram, naquela oportunidade, a favor do aumento vão agora votar a favor desse projeto do governo, que vai restabelecer e

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

recuperar, como disseram os dirigentes sindicais, do comércio, principalmente o comércio, que foi o mais penalizado, depois veio a pandemia e pegou todo mundo, prejudicando geral a nossa economia. Então, parabênizo a Prefeitura, o secretário, com essa, praticamente, revogação desse aumento que veio esdruxulamente, na nossa opinião, naquela oportunidade, quando já havia um não pagamento de um percentual altíssimo do IPTU. Conseqüentemente, acredito que, de agora em diante, não adianta só aumentar porque quanto mais aumentam os impostos o percentual das pessoas que não pagam aumenta também. Então tu acabas penalizando cada vez mais aqueles que pagam e jogando para longe a possibilidade de os outros pagarem, que depois entra numa negociação, a Prefeitura tem que fazer o seu Refis. E assim não, assim a economia gira, a Prefeitura também aumenta a sua capacidade de receita e, conseqüentemente, devolve para a sociedade benfeitorias.

Então, neste ano, como disse o Presidente, o Melo está com um bom diálogo com a sociedade, um bom diálogo com os vereadores, com 24 vereadores, no mínimo, ao lado do governo. Isso não quer dizer que a gente vá aprovar tudo, mas até agora o prefeito Melo tem ido muito nesse diálogo com a Câmara e com a sociedade. E é nesse sentido que eu acompanho e tenho certeza de que será uma votação tranquila pelo reconhecimento do momento e pela capacidade de bom senso e de diálogo do governo municipal. Obrigado a todos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Primeiro, quero dar um abraço a ti, meu querido Presidente Márcio, aos vereadores e às vereadoras que estão conosco; cumprimentar os amigos e os colegas da Fazenda, o Rodrigo Fantinel e o Teddy; trazer também o nosso abraço ao Paulo Afonso Pereira e ao Fernando Bertuol pelas suas exposições, compreendendo as apreensões e as posições de todos. Meu estimado amigo Cassiá, eu votei a favor do projeto da atualização da planta e também estou tranquilo. O grande equívoco, quase que criminoso que se cometeu aqui em Porto Alegre, com todo o respeito, foi passarmos 28 anos sem a atualização da planta de valores. Porto Alegre, em termos de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

IPTU – também sou contra ao aumento de impostos –, estava um caos. Imóveis de baixíssimo valor chegavam a pagar bem mais do que imóveis de valor bem maior. Portanto, justiça fiscal é um acompanhamento muito de perto de como se contribui para um tributo determinado nas nossas cidades. Então, repito, o erro foi de não ter atualização da planta de valores há 28 anos, pois tínhamos uma planta toda atrapalhada, toda errada e extraordinariamente injusta. O que aconteceu? Eu vou fazer um parêntese, vou votar favorável ao projeto, porque sou favorável, é minha posição. Por quê? Porque aconteceram exageros e equívocos. Amigo Fantinel, nós chegamos a patamares de reajustes insustentáveis, independentemente do que se estabeleceu, nós chegamos à pandemia. E Porto Alegre é uma cidade na qual o governo precisa olhar com carinho para o empreendedorismo e, também, para a situação de cada cidadão e cidadã, porque se chegou, num determinado momento, em razão de exageros de reajustes, a valores quase que impagáveis. E com uma cajadada só tentou-se acertar 30 anos de não atualização. É claro que aconteceram muitos erros. Nós precisamos ter um cuidado e uma avaliação especialíssima, porque os imóveis de menor valor, acima da isenção, atualizaram 100% o valor do projeto, já atualizaram os valores e já estão pagando. Portanto, nós precisamos ter este cuidado: ver e avaliar que aquilo que aprovamos trouxe grandes avanços. Perdoem-me aqueles que pensam contrariamente, mas uma grande parte de cidadãos de Porto Alegre, homens e mulheres, com imóveis de baixo valor, pagava de mais, e com a aprovação daquilo que fizemos, lá no início, com o projeto do Marchezan, nós conseguimos levá-los para a isenção.

Então, amigo Cassiá, teve avanços, sim. O acerto que se faz hoje, ou seja, a suspensão do reajuste de agora em diante vai manter aquelas isenções que se conquistou e vai buscar um reequilíbrio entre o que está devido, o que seria devido e o que o momento nos impõe. Portanto, meus caros amigos e amigas, vou votar favorável ao projeto.

Acho que a questão do ITBI merece, sim, um olhar todo especial e um voto favorável. Meu amigo Rodrigo Fantinel, eu quero te cumprimentar pela exposição, ela foi bastante didática; gostaria de cumprimentar, também, o Paulo e o Bertuol pelas manifestações que trouxeram. Uma cidade precisa, sim, de contribuintes de fato e que tenham capacidade de contribuir,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

mas precisa, também, dar um olhar todo especial aos empreendedores na busca de um crescimento, de um desenvolvimento econômico equilibrado.

Portanto, nosso abraço, obrigado pela atenção. Repetia ao amigo Cassiá: votei favorável, não me arrependi, acho que, com o que se faz agora, nós levamos a isenção aos imóveis de baixíssimo valor que não poderiam estar pagando mais do que outros, proporcionalmente. Estamos juntos nessa caminhada, um abraço a todos e obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB)** Boa noite Presidente, colegas vereadores, secretários e demais participantes desta audiência pública. O nosso colega Ferronato sempre explana, explica muito bem. Também votei favorável, era da base do governo, votei favorável à correção da planta. O projeto foi muito explanado na Câmara pelos técnicos da Secretaria da Fazenda à época, houve, sim, correções. Há exemplos de casos que não tiveram nenhum aumento, de imóveis que já estavam com o valor atualizado na planta, outros que o valor era muito ínfimo e que tiveram o valor corrigido, e outros ainda que também os valores extrapolaram. São várias as situações, era necessário, uma planta muito antiga, e agora nós temos um projeto que está trazendo novos ajustes, novas atualizações, que vêm em benefício daqueles que teriam maiores valores, ou seja, valores indevidos a pagar. Então, Ver. Cassiá, eu me sinto muito à vontade, estava na base do governo, apoiamos a mudança, ela trouxe benefícios e agora nós estamos com este projeto corrigindo, uma promessa do prefeito já na campanha, revisando o IPTU. São essas as minhas colocações, muito boa a audiência, e assim se esclarece toda essa situação. Boa noite.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Cumprimento o nosso Presidente da Câmara e cumprimento também os demais membros do governo Melo presentes nesta audiência pública. Quero dizer, nesta audiência, que, como vereador, estou muito preocupado com a

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

linha adotada pelo governo Melo, há uma história muito grande da cidade com seus compromissos; os compromissos assumidos pelos vereadores de legislaturas anteriores. Como podem os compromissos serem dissolvidos? Isso me preocupa porque, às vezes, me parece ser aquela política antiga de que conforme o governo vai, vai a política da Câmara. E isso não é positivo. Mas eu não quero me deter pormenorizadamente nisso. O que eu quero falar aqui nesta audiência, e é para isso que Porto Alegre nos elegeu... (Problemas na conexão.) ...Porto Alegre tem um déficit muito grande de educação infantil. Faltam mais de cinco mil vagas, principalmente, para as mães da periferia que querem trabalhar. Faltam vagas na escola de educação infantil para os seus filhos ficarem lá estudando e elas poderem construir o seu trabalho. E a Prefeitura, agora, parece que vai abrir mão de receitas. E como vai encerrar esse déficit? Há pessoas que têm procurado este gabinete que estão há mais de um ano esperando para fazer uma consulta com um especialista do SUS. Mais de um ano esperando por uma consulta com um oftalmologista para fazer óculos, para melhorar a sua visão, para fazer sabem o quê? Para poder pegar ônibus, para poder trabalhar, para poder gerar renda, para poder sustentar a sua família. Estou dando um exemplo. Fora enfermidades mais graves ainda, que demoram também um ano; problemas patológicos que precisam ser tratados pelo SUS. A Prefeitura precisa dar conta disso, mas o projeto prioritário da Prefeitura agora é abrir mão de receita. Isso me preocupa. De onde vai sair esse dinheiro? É óbvio que o discurso do governo Melo muda rapidamente. Ele mandou para esta Casa um projeto, foi votado e aprovado – não por mim, eu não votei, eu não aprovei; votei contra! –, do aumento da alíquota previdenciária dos servidores públicos da Prefeitura. Pasmem: esses trabalhadores que estão lá no SUS, que muitas vezes são xingados, os professores que estão nas escolas, que têm que dizer que não há vagas – porque há um déficit de cinco mil vagas -, esses, agora, vão passar a pagar 14% sobre tudo o que exceder 2,4 salários mínimos nas suas aposentadorias. E vão, mais do que isso, ter que ampliar seu tempo de contribuição, mais anos trabalhando para poder se aposentar porque a Prefeitura dizia que tinha um déficit, o governo Melo disse que tinha um déficit da Previdência, por isso as pessoas tinham que contribuir mais. Mas quem paga essa conta agora, a Prefeitura abrindo mão de receita, de IPTU, de ITBI? É escandaloso, para dizer o mínimo. Fico chocado, essa é a palavra. Eu nunca tinha visto isso! Para



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

arrochar servidor e tirar direitos, há déficit, agora, para beneficiar outros, não há déficit. Isso é muito triste, porque isso, Melo, o senhor não falou na campanha, que alguns pagariam a conta para outros serem beneficiados. O caixa da Prefeitura é único, o dinheiro público é só um, e o povo precisa de saneamento. A Ponta Grossa, o Lami, o Belém Novo são regiões que eu conheço profundamente, dá uma chuveirada e eles estão debaixo da água porque não tem saneamento, não chegou saneamento lá a política de saneamento e a Prefeitura abre mão de receita. No Sarandi, o arroio está obstruído, já fizemos pedido de providência e até agora continua obstruído, e está lá, chove e alaga as casas dos contribuintes. Então esse discurso de que vai melhorar para a cidade... (Problemas na conexão.) ...abrindo mão de receita vai melhorar para quem? Mais de 700 ocupações, lugar onde as pessoas moram, constroem suas vidas na cidade precisam de regularização fundiária, e para fazer a regularização fundiária precisa de dinheiro, e agora a Prefeitura do Melo abre mão de receita. Menos pessoas terão regularização fundiária, muitos não terão acesso ao saneamento tão sonhado, tão desejado, e as mães que precisam trabalhar continuarão sem as vagas em creches, porque se hoje a Prefeitura dispõe de uma receita e vem para uma audiência pública e diz que pode abrir mão, como fica o povo que precisa de educação, saúde, segurança, saneamento, assistência social? Nem entrei na assistência, mais 5.000 pessoas nas ruas passando fome, porto-alegrenses ao relento. A política vai mal nesta cidade e não deveria estar assim. Fico triste de ter ouvido essas palavras do governo nesta audiência, mas continuaremos na Câmara fazendo um bom debate para que tenhamos políticas públicas para os que mais precisam, os pobres desta cidade. Essa é a nossa luta. Obrigado, Presidente, por este espaço na audiência pública.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sra. Neia Uzon está com a palavra.

**SRA. NEIA UZON:** Queria colocar muito rapidamente: não seria muito mais interessante verificar o tamanho dessa renúncia fiscal e distribuir a todos os contribuintes? Distribuir para todos os contribuintes, e não só apenas para esses que estiverem francamente mais defasados. A fala do Ver. Ferronato foi perfeita, é exatamente isso. Grande parte das pessoas já apropriou os valores que deveria pagar. E quem falta apropriar são justamente

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

aqueles imóveis que estavam mais defasados. Ou seja... (Problemas na conexão)...de estar pagando muito menos do que deveriam. E agora a responsabilidade...( Problemas na conexão.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Neia, está muito prejudicada a tua conexão, estamos tendo um prejuízo para escutar a tua intervenção, então te peço desculpa e para que retorne.

O secretário Rodrigo Fantinel está com a palavra para as considerações finais.

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** A nossa parte a gente reitera, mais uma vez, que foi um compromisso assumido na campanha. Acho que foi uma escolha das urnas de Porto Alegre, estamos cumprindo com esse compromisso, esperamos que ocorra uma discussão produtiva na Câmara. Estamos à disposição para prestar qualquer outro esclarecimento que se faça necessário. Havendo necessidade, vereadores, por favor, entrem em contato com a Secretaria da Fazenda, que prestaremos todos os esclarecimentos que acharem convenientes. Minha parte era isso, agradeço, mais uma vez, a oportunidade, fico à disposição para eventuais esclarecimentos. Um grande abraço.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Paulo Afonso Pereira está com a palavra para as considerações finais.

**SR. PAULO AFONSO PEREIRA:** Eu quero agradecer a oportunidade de estarmos presentes nesta audiência, agradecer a manifestação... (Problemas na conexão.) ...de opção política, ela deve ser incentivada, mantida, e é o que nós estamos fazendo hoje aqui. Eu quero parabenizar o governo Melo/Ricardo, o nosso secretário e todos que se manifestaram, mas principalmente a dupla Melo/ Ricardo, que se manifestaram e se comprometeram de fazer alguns ajustes como os que agora estão em andamento, porque honrar compromissos é fator primordial para manutenção do diálogo e do estímulo ao desenvolvimento. Quando se honra o compromisso, faz-se com que a gente tenha cada vez mais confiança naqueles que estão com timão de levar o barco em que todos nós

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

estamos dentro. Muito obrigado pela oportunidade, nós mantemos a nossa posição, e não é de hoje, a nossa posição é firme, lá atrás, agora, e será no futuro. Nós somos pró-desenvolvimento, somos pró-Porto Alegre, acreditamos que o movimento conjunto de todos vai resolver os problemas imensos que a cidade ainda tem, mas que já estão sob a ótica, a batuta e no planejamento deste governo, que está fazendo a diferença. Muito obrigado a todos, muito obrigado secretário, muito obrigado Presidente Márcio Bins Ely, Cassiá, Ferronato, que se manifestaram, os outros todos; obrigado, Fernando, por me acompanhar nesta audiência. Eu quero dizer que estamos sempre à disposição, porque é do diálogo que nasce a luz. Muito obrigado.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Presidente, o cumprimento pela condução desta audiência, quero deixar um agradecimento especial ao diretor legislativo Luiz Afonso, ao secretário Fantinel, e um obrigado ao Paulo Afonso e ao Bertuol, que foram parceiros nesse pedido de audiência. Quando a notícia é boa, Paulo Afonso, nós temos que nos unir sempre, e nós temos hoje, nesta audiência pública, uma boa notícia para os contribuintes da cidade de Porto Alegre. Obrigado aos colegas vereadores que participaram: Ferronato, Cassiá, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, Freitas, Jonas Reis; todos os vereadores que participaram e demais participantes desta audiência pública, muito obrigado a todos, a cidade de Porto Alegre certamente agradece a cada um de vocês que participaram desta audiência. Obrigado e boa noite.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver. Cecchim. A Neia ficou prejudicada, não sei se quer fazer alguma consideração final, pois praticamente não conseguimos escutar. (Pausa.) Ela está microfone desligado.

Pela atenção de todos, muito obrigado, agradeço as considerações, em especial ao Ver. Cecchim, Rodrigo Fantinel, Teddy Biassusi, que estiveram representando o governo; também quero agradecer a presença do secretário Cassio Trogildo, presidente Paulo Afonso Pereira, Fernando Bertuol, em especial nossa equipe técnica, agradeço, em nome do diretor Luiz Afonso, a todos que têm estado durante as nossas noites de trabalho, no adiantado da hora, aos vereadores que se manifestaram também, as contribuições, em

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
010ª Audiência Pública Virtual 17AGO2021  
Pauta: Debater o PLCE nº 012/21 e PLCE nº 015/21

---

especial daqueles que também estiveram participando aqui da nossa audiência pública. Pela atenção, muito obrigado. Boa noite e até a próxima oportunidade. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h10min.)